

## A “raposa” em tempos democráticos

Com o fim do Estado Novo, teve início o primeiro período democrático do Brasil. Uma das transformações mais importantes no campo político no período do pós-1945 foi a criação dos partidos nacionais, entre os quais destacamos o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

Como observamos no capítulo anterior, os interventores mais influentes durante o Estado Novo e o Ministro Alexandre Marcondes Filho elaboravam estratégias para as eleições que ocorreriam em 1945 e como os grupos políticos seriam organizados para esta disputa. Apesar das cartas trocadas por Amaral Peixoto e Agamenom Magalhães revelarem uma apreensão por parte do grupo varguista pela organização de partidos com base nacional, este foi o procedimento realizado.<sup>1</sup>

Com a definição das regras eleitorais para a disputa do pleito, os grupos políticos começaram a se organizar em partidos legalmente constituídos. Os interventores, que controlavam a máquina política estadual, articularam-se e formaram o PSD, o maior partido político do Brasil durante este período, contando com uma base rural. Pelo fato de ser organizado pelos interventores, já nas primeiras eleições presidenciais o PSD apresentou diretórios estaduais em todo o Brasil. Também devido à sua origem ligada à máquina administrativa do Estado Novo, foi o partido que formou as bancadas mais expressivas entre 1945 e 1964.

No início deste período, a UDN, formada pelos anti-getulistas, era o segundo partido mais forte do país. Inspirada no Manifesto dos Mineiros, a UDN reivindicava a democratização das instituições políticas nacionais. Sua base era um pouco mais urbana que a do PSD, mas conseguia uma boa penetração na área

---

<sup>1</sup> A “Lei Agamenom” foi responsável pela regulamentação das disputas eleitorais de 1945. De acordo com esta lei, os partidos deveriam apresentar bases nacionais para que conseguissem seu registro, apresentando pelo menos 10 mil eleitores distribuídos por 5 estados e nenhum destes com menos de 500 assinaturas, além de zelar pelos princípios democráticos e dos direitos fundamentais do homem. Além disso, estabelecia que somente pudessem concorrer candidatos registrados pelos partidos políticos e permitia o alistamento *ex-officio*, como forma de agilizar o alistamento eleitoral. Maria do Carmo Campello de Souza. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

rural. Dos três maiores partidos deste período, era o único que não possuía qualquer ligação com a máquina política do Estado Novo.

Como os interventores formaram o PSD com base rural, Vargas e Marcondes Filho, impulsionados pelo movimento queremista, organizaram o PTB, terceiro maior partido do período e o que mais cresceu nesses quase vinte anos. Diferentemente dos partidos anteriores, a base do PTB era urbana. Para formar um partido de base trabalhista, Vargas aproveitou-se da estrutura sindical organizada por ele após 1930. Portanto, o PTB garantia ao grupo varguista e ao PSD os votos oriundos dos centros urbanos.

De acordo com Mainwaring<sup>2</sup>, estes partidos podem ser considerados modernos partidos de massa, pois se tornaram importantes atores do sistema político. As principais características destes partidos modernos eram as de configurarem importantes veículos para o acesso ao poder, organização em escala nacional e a necessidade de atrair as massas para a obtenção dos votos. As elites, que de forma personalista controlavam a política brasileira até então, dependeriam dos partidos e dos cidadãos para ter acesso ao poder.

#### 4.1. A formação do PSD fluminense

O Comandante que o fundou fez muitas amizades e obras públicas durante seu tempo da interventoria, chegando a observar-se um surto de desenvolvimento, ainda que incipiente, o que contrastava com a situação anterior. Durante os sete anos de governo, o Comandante nomeou tabeliões, coletores e juizes, todos importantes figuras na política. Vários cargos foram criados e preenchidos para organizar a máquina administrativa do Estado... com esta máquina foi fundado o PSD: forte, invencível, monolítico.<sup>3</sup>

A organização do PSD pelos interventores tinha por objetivos manter coeso o grupo formado no decorrer do Estado Novo e propiciar a continuação desta elite política no poder, participando efetivamente da transição para o regime democrático. O PSD, sem dúvida, foi um partido criado de cima para baixo e fortemente centralizado. Podemos caracterizá-lo também como um partido de

---

<sup>2</sup> Scott P. Mainwaring. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>3</sup> Relato de Badger da Silveira in: Lúcia Lippi. **O Partido Social Democrático**. mimeo, 1972, Tese de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro. Apud. Maria do Carmo Campello de Souza. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. P. 110.

quadros, que, segundo Hippolito, “é basicamente composto de notáveis, que preparam eleições, conduzem-nas e mantém contato com os candidatos”.<sup>4</sup> Percebemos, então, que o PSD possuía características de partidos de quadros por sua formação, mas sua atuação refletia a de um partido de massa, já que dependia das massas para chegar ao poder.

Entre estes “notáveis”, encontramos Amaral Peixoto. Com o destaque conquistado durante o período do Estado Novo, tornou-se uma figura importante no jogo político nacional, sendo um dos responsáveis pela negociação que culminou com a Lei Agamenom. Além disso, como já havia consolidado seu grupo político no estado do Rio de Janeiro e desfrutava de grande respeito e prestígio na política estadual e nacional, foi um dos responsáveis por conduzir a formação do PSD em nível nacional e também no estado do Rio de Janeiro, sendo, inclusive, Presidente nacional do partido durante mais de uma década.

Entretanto, o que nos interessa aqui é a formação do diretório estadual, a formação do PSD fluminense. O ponto de partida para a formação dos diretórios estaduais dos partidos era a adesão dos prefeitos, que eram as lideranças políticas locais, que, normalmente, pertenciam às famílias tradicionais dos municípios, com um longo histórico de poder nas localidades. O partido que conseguisse trazer para seus quadros o maior número de prefeitos, provavelmente, conseguiria um resultado mais expressivo nas eleições.

Amaral Peixoto confirmou na entrevista concedida à Aspásia Camargo sua estratégia para a formação dos quadros do PSD:

Dei preferência aos prefeitos, ou através deles a uma figura exponencial que dominasse o município. Nem sempre era o prefeito a maior força. Sempre há um grupo importante, e em torno desse grupo eu procurava articular.<sup>5</sup>

A opção pelos prefeitos ou por nomes ligados a eles é justificada também por facilitar a organização dos diretórios municipais do partido. Entretanto, diferente da medida tomada por Benedito Valadares em Minas Gerais, que convocou todos os prefeitos ao Palácio e solicitou o ingresso dos mesmos no

---

<sup>4</sup> Lucia Hippolito. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>5</sup> Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.**

partido, Amaral preferiu a negociação particular, muitas vezes deslocando-se para os municípios e conduzindo pessoalmente a negociação:

Eu não poderia fazer como o Benedito, porque havia prefeitos que não eram inteiramente ligados a mim. Isso mostra que eu não fazia uma política facciosa. Havia prefeitos nos quais eu não tinha confiança, e esses eu não podia aproveitar.<sup>6</sup>

Estes prefeitos que o interventor Amaral Peixoto não tinha total confiança eram os homens indicados por Macedo Soares no início de sua interventoria. Partindo da premissa de não mexer em peças estratégicas no tabuleiro do jogo político, Amaral manteve alguns nomes indicados pelo seu, agora, opositor nas prefeituras. Desta forma, tinha a premissa de utilizar a argumentação de que não fazia jogo político, mas que aproveitava os mais capazes para os cargos. Entretanto, esta política fez com que, em alguns municípios, os prefeitos não estivessem alinhados com o interventor e não aderissem ao PSD. Nestes casos, Amaral Peixoto já tinha preparada sua estratégia para a montagem dos diretórios municipais sem o chefe do poder executivo municipal. Mais uma vez, destacamos a presença do Interventor nos municípios, aproveitando-se de sua influência para fortalecer seu partido:

Em alguns lugares como Campos, Petrópolis e Cabo Frio, isso foi feito pessoalmente por mim porque eu conhecia os homens. [...] Em outros lugares eu delegava poderes a outras pessoas, porque não era possível correr todos os municípios.<sup>7</sup>

Amaral Peixoto privilegiava visitar os municípios em que existiam duas famílias muito tradicionais (e rivais na questão política) e aqueles em que o prefeito não era um de seus homens de confiança. Assim, conseguia atrair muitos políticos para o PSD, pois sua presença nestes municípios representava, na visão dos políticos locais, a importância daquela localidade e de seus políticos para a política estadual, representada pelo seu grande líder naquele momento.

Durante o período da montagem destes diretórios municipais, foram inúmeras as cartas recebidas por Amaral Peixoto sinalizando o apoio e a adesão

---

<sup>6</sup> Ibid. p. 236.

<sup>7</sup> Ibid. p. 236.

dos políticos fluminenses ao PSD. Desde cartas manifestando apoio à criação do partido até missivas que desmentiam a articulação de nomes até então ligados ao interventor que estariam trabalhando para formar o diretório de partidos de oposição ao PSD nos municípios fluminenses, como a carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior, político de São Sebastião do Alto:

Niterói, 19/10/1945

Exmo. Snr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto

Tendo chegado ao meu conhecimento, por intermédio de terceiras pessoas, que, talvez, o meu nome venha constituir objeto de consideração para uma possível reconstituição do Diretório oposicionista do Município de São Sebastião do Alto, venho, pelo presente, declarar a V. Excia. que em absoluto concordarei com a inclusão do meu obscuro nome na formação de quaisquer diretórios oposicionistas.<sup>8</sup>

As cartas manifestando o apoio e adesão ao PSD e também de apoio a candidatura de Amaral Peixoto ao governo, assim como a do político de São Sebastião do Alto, que refuta qualquer possibilidade de ingressar em partidos oposicionistas, indicam quão sólido era o grupo amaralista neste período. Para os políticos fluminenses era importante estar do mesmo lado do líder político de maior destaque no momento, que não apenas pertencia ao PSD, mas era um de seus fundadores.

Formados os diretórios municipais e estadual do partido, foi marcada uma convenção para a escolha dos nomes que iriam compor a chapa do PSD-RJ nas eleições de 1946. Nesta convenção, realizada em 27 de outubro formou-se a chapa e foi escolhido o candidato do PSD ao pleito que elegeria o novo Governador do Estado. Amaral Peixoto foi o nome indicado pelos membros do partido e o Interventor anunciou que iria se desligar do cargo que ocupava, transmitindo-o a Alfredo Neves. Entretanto, a estratégia dos pessedistas e amaralistas sofreu um golpe em 29 de outubro, com a deposição de Getúlio Vargas.

Apesar da deposição, o PSD conseguiu um grande desempenho nas eleições realizadas em 1946: além de eleger o Presidente da República (General Eurico Gaspar Dutra), conseguiu eleger mais da metade dos parlamentares que compuseram a Assembléia Constituinte. No estado do Rio, o PSD elegeu os dois

---

<sup>8</sup> Carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior a Amaral Peixoto em 19/10/1945. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

senadores e dez dos dezessete Deputados que o estado tinha direito na Câmara Federal. Entretanto, o que parecia resultar em um domínio amplo e irrestrito do PSD nas eleições estaduais que se realizariam no ano seguinte não se confirmou.

#### **4.2. Os amaralistas sofrem o primeiro revés: a interventoria Hugo Silva e o fortalecimento da UDN**

A tática de Amaral Peixoto ao indicar Alfredo Neves para ocupar a interventoria era a de manter alguém do seu grupo e de extrema confiança no poder, possibilitando a continuidade de seu trabalho e de sua influência nos municípios fluminenses, como forma de conquistar a vitória no próximo pleito sem nenhum tipo de sobressalto. Entretanto, com a deposição de Getúlio Vargas, o governo provisório de José Linhares e o governo de Dutra, a expectativa de manter seu grupo no comando do estado do Rio de Janeiro não se confirmou. O chefe do executivo nacional dificultou a relação entre o grupo amaralista e os políticos locais. A mudança de rumo na política fluminense gerou grande descontentamento entre os pessedistas e amaralistas, podendo ser sintetizado pela carta enviada por J. Costa Sobrinho, membro do PSD de Cantagalo:

Um dos secretários do Diretório Municipal do PSD em Cantagalo e seu representante junto á respectiva Comissão Executiva, não é, entretanto, nessa qualidade que me dirijo ao eminente chefe. Faço-o, apenas, como eleitor do partido, sem ter ouvido sequer o Cel. Marcelino, grande amigo e grande Cantagalense, guia seguro das atividades partidárias neste setor. Sou testemunha e participe da inquietação de nossos correligionários [...]. Acredito que aos ouvidos do Sr. Comandante já tenha chegado o rumor dessa onda de descontentamento, talvez mesmo de surda indignação contra o que os pessedistas sinceros, inoportunistas, consideram ser um ludíbrico aos seus sentimentos de dignidade política, dentro dos compromissos livremente assumidos com o partido, desse partido que, em nosso Estado, elegeu por esmagadora maioria o Sr. General Dutra Presidente da República e escolheu o Sr. Comandante seu candidato à Presidência do Estado [...]. Serão estes, por ventura, os primeiros frutos da renovação democrática em marcha? Consiste a democracia em se convidar o adversário a que participe dos festejos da vitória, fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, as armas com que hão de ferir, em futuro próximo, ao triunfador de hoje?<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Carta de J. Costa Sobrinho a Amaral Peixoto, em 25 de julho de 1946. Arquivo EAP 45.10.19.

As mudanças no panorama político não pararam na substituição dos interventores. Após as eleições, começaram a ocorrer algumas divergências dentro do PSD, motivadas pelas relações dos integrantes deste partido com Amaral Peixoto. Além disso, alterou-se também o panorama para a eleição visando o governo do Estado, com a “desistência” de Amaral Peixoto de concorrer ao cargo de Governador. A desistência de Amaral deveu-se a dois fatores principais: a mudança nas regras para que os ex-interventores pudessem concorrer, tendo se afastado há pelo menos 18 meses do cargo e o “pedido” do General Dutra para que o Comandante não se candidatasse, indicando um nome da sua confiança e trabalhando para que o indicado arregimentasse o apoio dos pessedistas fluminenses.

Todavia, a desistência de Amaral Peixoto acarretou uma divisão ainda mais latente no PSD-RJ. Os pessedistas e amaralistas sabiam que venceria a eleição estadual o candidato apoiado por ele. Desta forma, iniciou-se uma disputa interna no partido para a indicação do candidato ao governo estadual. Entretanto, este não seria o pior panorama para o grupo amaralista.

Durante o ano de 1946, Dutra articulou uma aliança entre PSD e UDN. Nesta aproximação, acabou nomeando como interventor do Rio de Janeiro o Coronel Hugo Silva, político que se aliaria aos udenistas. A tática de Dutra era a de nomear para a interventoria uma pessoa que não estivesse ligada ao grupo amaralista, uma vez que o principal líder da UDN fluminense era José Eduardo de Macedo Soares, opositor do grupo liderado por Amaral Peixoto.

Ao assumir a interventoria em 26 de setembro, o Coronel Hugo Silva passou a disparar constantes ataques ao grupo amaralista. A política do novo interventor foi de encontro a este grupo, com vários prefeitos que haviam sido indicados pelo antigo interventor sendo destituídos de seus cargos. Além da demissão de indivíduos ligados a Amaral Peixoto, Hugo Silva indicava para o lugar que havia ficado vago com a demissão elementos udenistas, com a intenção de fortalecer a UDN nas eleições estaduais que se aproximavam. Estas medidas adotadas pelo Interventor geraram protestos formais dos amaralistas ao seu líder e também ao Presidente Dutra, responsável pela indicação de Hugo Silva para o cargo.

O arquivo Ernani do Amaral Peixoto também possui cartas relativas a este período, com aliados da “raposa” demonstrando toda sua insatisfação com os novos rumos políticos do estado sob o governo de Hugo Silva.

Devo transmitir ao querido amigo o descontentamento de nossos correligionários pelo desleal ato do Interventor Federal exonerando o Doutor Eglylio Justi do cargo de Prefeito e nomeando para substituí-lo um dos traidores de nosso partido. Tenho a impressão de que o Cel. Hugo Silva garantiu em São Gonçalo a vitória do Partido Comunista, pois amigos nossos afirmam que não mais trabalharão no próximo pleito [...]<sup>10</sup>

Ao consumir-se mais uma felonía do Coronel Interventor de nosso Estado, exonerando-me do cargo de Prefeito de Casimiro de Abreu, com que fui distinguido por mais de cinco anos, quero expressar minha gratidão todas as atenções e prestígio que sempre me dispensou o ilustre chefe e amigo. Quero mais uma vez hipotecar-lhe minha inteira solidariedade, continuando a trabalhar no mesmo setor para prestígio do PSD, e, portanto, de Vossência, seu ilustre líder. Saudações muito cordiais.<sup>11</sup>

Os dois telegramas citados acima comprovam que o novo interventor, Hugo Silva, fez mudanças significativas em diversos cargos políticos, principalmente nas prefeituras. A primeira carta, escrita por Adino Xavier (político de destaque no município de São Gonçalo neste período) reclama da exoneração de um aliado e Waldemar Bethencourt, de Casimiro de Abreu, da sua própria exoneração após cinco anos exercendo o cargo de Prefeito no município. O próprio Amaral Peixoto reconhece que este foi um momento difícil para seu grupo na política fluminense, pois o Presidente que havia ajudado a eleger acabou nomeando pessoas que procuraram acabar com sua influência na política do estado do Rio de Janeiro:

[...] agiram muito mal comigo. Não o Dutra propriamente, mas o seu *entourage*. Nomearam interventor o Coronel Hugo Silva, com a pretensão de acabar com a minha influência política no estado. Aliás, fui prevenido, até hoje não sei por quem. Havia uma senhora dentro do palácio Guanabara ou do Catete que telefonou para o Pedro Brando, que era meu amigo, e depois para o Coronel Feio, dizendo: ‘Vão nomear fulano para combater o Comandante’. [...]<sup>12</sup>

Sobre o Coronel Hugo Silva, seu sucessor na interventoria, as lembranças não são das melhores:

<sup>10</sup> Carta de Adino Xavier a Amaral Peixoto, em 26/12/1946. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

<sup>11</sup> Carta de Waldemar Bethencourt a Amaral Peixoto, em 21/12/1946. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

<sup>12</sup> Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 234.



Nunca o tinha visto, e tive a pior impressão possível. No discurso de posse ele declarou que havia entrado para acabar com o getulismo no estado do Rio, com os falsos amigos do Presidente Dutra. E era um homem totalmente despreparado. [...].

Depois que nós lançamos a candidatura do Edmundo de Macedo Soares houve uma certa reaproximação com o Dutra, não da minha parte, mas da parte do Acúrcio Torres e do Alfredo Neves. Aí o Dutra tirou o Hugo Silva e nomeou um novo interventor, para quebrar um pouco essa animosidade. [...]. Queriam também lhe impor a demissão dos nossos prefeitos, dos que sobraram, porque muitos já tinham sido demitidos pelo Hugo Silva. Prefeitos, juizes de paz, delegados...<sup>13</sup>

Estas passagens da entrevista concedida por Amaral Peixoto demonstram a dificuldade pela qual seu grupo passou neste período. Com o início do governo Dutra e, em especial, após a indicação de Hugo Silva para a Interventoria fluminense, nome que não era ligado aos amaralistas. A estrutura montada pelo Comandante durante o Estado Novo começou a ser desmontada, principalmente, com o afastamento de vários prefeitos dos cargos. A entrevista de Amaral Peixoto nos revela que a intenção era, de fato, a desestabilização de seu grupo, pois para os municípios do interior eram muito importantes as nomeações de juizes de paz e delegados, funções de destaque nestas cidades e de grande importância para o controle da política estadual.

Outra passagem importante deste trecho da entrevista que citamos acima diz respeito à candidatura de Edmundo de Macedo Soares ao governo do estado. Apesar das manifestações de apoio que recebeu dos pessedistas e políticos fluminenses, Amaral Peixoto resolveu não lançar sua candidatura à Presidência do estado. A candidatura de Edmundo de Macedo Soares foi uma alternativa que contemplou os três principais partidos do período (PTB, PSD e UDN). Apesar do Presidente da República pertencer ao PSD, Amaral Peixoto – segundo suas próprias declarações – não sabia qual seria a posição do Presidente com relação a política estadual, tendo em vista a nomeação e o respaldo dado ao Coronel Hugo Silva. De acordo com o Comandante, a indicação do nome de Edmundo já estava alinhavada pelo Presidente Dutra, que já havia costurado um acordo com a UDN:

Quando começamos a pensar na eleição de governador, já havia aquele mal-estar com o Presidente Dutra, que eu tinha ajudado a eleger. Não se sabia exatamente o que ele queria, mas ele já estava preparando o acordo

---

<sup>13</sup> Idem.

com a UDN. Numa conversa comigo sobre o governo do Estado – uma das poucas que tive com o Dutra depois de Presidente, porque me afastei inteiramente – ele me perguntou o que eu achava do Edmundo. Achei excelente. O Dutra me disse que com esse nome conseguiria o apoio da UDN. Mas já estava apalavrado com a UDN, essa que é a verdade. Fui vítima de um logro, talvez o primeiro grande logro da minha vida política.<sup>14</sup>

Em troca do apoio de Amaral à candidatura de Edmundo de Macedo Soares, o Cel. Hugo Silva foi substituído por homens ligados ao grupo amaralista. Durante este curto período no qual o ex-interventor teve novamente uma pessoa de sua confiança no executivo estadual, os integrantes de seu grupo pressionaram o líder a revogar as medidas tomadas por Hugo Silva, tendo destaque a demissão do Prefeito de Niterói, capital do estado, que havia sido indicado pelo interventor anterior e era ligado a UDN. Amaral aceitou a indicação de Edmundo de Macedo Soares ao governo do estado por conhecê-lo desde 1932 e por ser seu amigo, e “sobretudo amigo do Dr. Getúlio, a quem deve muito”<sup>15</sup>. Entretanto, o que Amaral classificou como um blefe acabou se transformando em uma grande dificuldade para seu grupo político, como veremos adiante.

#### **4.3. Amaral Peixoto e seu grupo fora do poder: o governo Edmundo de Macedo Soares**

Mas ainda antes da eleição um velho chefe político de São Gonçalo teve a intuição perfeita do que ia acontecer. Ele foi levado ao Edmundo pelo Hamilton Xavier, que na época era candidato a deputado estadual. Conversaram, e o Edmundo não se referiu ao meu nome nem uma vez. Esse homem, que gostava muito de mim, virou-se para o Hamilton e disse: ‘Estamos roubados. Esse sujeito não nos serve, vai atrapalhar a nossa vida.’ O Hamilton perguntou por que, e ele respondeu: ‘Ele não se referiu uma única vez ao Comandante. E nós só vamos votar nele por causa do Comandante’.<sup>16</sup>

Nas eleições estaduais, com o apoio da UDN (seu partido), do PTB, do PSD, e de Amaral Peixoto, Edmundo de Macedo Soares saiu vitorioso. Certamente, o apoio do Comandante foi fundamental para seu sucesso no pleito, pois todo o grupo amaralista votou e trabalhou para a vitória do udenista e o PSD

<sup>14</sup> Ibid. p. 237.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

foi o partido que mais elegeu deputados.<sup>17</sup> O resultado do pleito demonstra que a afirmação feita pelo Comandante estava correta, quando questionado sobre o sucesso da candidatura de Edmundo de Macedo Soares nestas eleições:

Ele sabia que sem o meu apoio não seria eleito. O PSD indicaria quem eu apoiasse, e disso ele tinha certeza. Conhecia perfeitamente a política do Estado, e não podia ter dúvidas a este respeito.<sup>18</sup>

Logo após a posse do novo Governador, a situação dos amaralistas complicou-se ainda mais, com um discurso de que formaria seu secretariado de acordo com o critério técnico. Para a nomeação dos prefeitos, o sistema era o da representatividade dos partidos, o que lhe conferia prestígio político no estado. Silvia Pantoja descreveu em seu trabalho as “regras” para a nomeação dos novos prefeitos:

- 1) o partido que tivesse obtido 50% do total dos eleitores em um município ficaria com o direito de indicar o Prefeito.
- 2) no município em que, apesar de não ter atingido os 50%, o partido se destacasse dos demais, indicaria o candidato, embora o que lhe seguisse em votação devesse opinar sobre a escolha.
- 3) no município em que a votação obtida pelos maiores partidos fosse aproximadamente a mesma, estes deveriam entrar em acordo para a indicação do prefeito.<sup>19</sup>

Esta medida não afetou diretamente o PSD e o grupo amaralista. Como já afirmamos anteriormente, tanto nas eleições de 1946 como na de 1947, o PSD foi o grande vencedor, recebendo a grande maioria de votos e, conseqüentemente, elegendo a maioria dos representantes nos âmbitos federal e estadual. Os resultados das eleições fizeram com que o PSD indicasse mais da metade dos prefeitos dos municípios fluminenses (27) e que tivesse a participação nas escolhas em outros 13 municípios. Entretanto, apesar das regras criadas pelo Governador para a nomeação dos Prefeitos, existia um adendo: apesar de a indicação ser do partido o nome do escolhido deveria passar pela aprovação do

---

<sup>17</sup> Edmundo de Macedo Soares recebeu 250.350 votos de um total de 280.348 votantes. O PSD elegeu o senador Francisco de Sá Tinoco e mais 24 deputados estaduais, contra 14 da UDN, 8 do PTB e 6 do PCB. Ver Silvia Regina Serra de Castro Pantoja. **Op. Cit.**, p. 186.

<sup>18</sup> Aspásia Camargo. **Op. cit.** p. 238.

<sup>19</sup> Ver Silvia Regina Serra de Castro Pantoja. **Op. Cit.**, p. 188.

Governador, que examinaria suas condições morais e intelectuais. Este era, basicamente, o sistema que o próprio Amaral utilizava durante sua interventoria para efetivar as nomeações dos prefeitos que eram indicados por aliados seus.

Apesar de serem municípios com amplo domínio da corrente amaralista, Araruama, Duque de Caxias e Petrópolis não estavam entre os municípios nos quais o PSD conseguiu a maioria absoluta dos votos. Com isso, o Governador nomeou representantes ligados a corrente udenista dos municípios. Era a continuidade da política do interventor Hugo Silva, que tentava desestabilizar o coeso e forte grupo amaralista. Vale ressaltar que estas nomeações eram provisórias, pois em 28 de setembro deste mesmo ano seriam realizadas eleições municipais.

Outro importante ponto de discórdia no grupo pessedista ocorreu devido a proposta do governador de mudar a capital do estado para o interior, mais precisamente para Campos. A escolha da cidade não foi aleatória. Sob a justificativa de que com a capital em Niterói o estado do Rio de Janeiro estaria sempre sob forte influência do Distrito Federal, Edmundo de Macedo Soares tentava angariar o apoio político dos líderes campistas. O próprio Amaral Peixoto e governantes que o antecederam no executivo estadual, como Ary Parreiras e Protógenes Guimarães, reconheciam a importância política e econômica daquele município. Amaral Peixoto inclusive afirmou em sua entrevista que suas visitas aos municípios aconteciam com muito mais periodicidade ao norte do estado. Era fundamental para o político que almejava conquistar a estabilidade política no estado o apoio de Campos e adjacências. Com a proposta de transferência da capital para o norte fluminense, gerou-se mais uma divisão no PSD, apesar da capital ter sido mantida em Niterói.

As ações do novo governador do estado tinham a intenção de trazer para seu lado os líderes políticos locais para formar seu grupo político, assim como fez Amaral Peixoto quando foi indicado para a interventoria fluminense. Entretanto, as semelhanças entre as práticas políticas do udenista e do pessedista não param por aí. No capítulo anterior, afirmamos que foi fundamental para a indicação de Amaral Peixoto ao cargo de Interventor Federal no Rio de Janeiro o apoio de José Eduardo de Macedo Soares, político já tradicional no estado. Entretanto, pouco depois de assumir o executivo fluminense, Amaral Peixoto rompeu com os macedistas e formou seu próprio grupo político. Neste momento, aconteceu o

mesmo fato, mas em direção contrária: agora foi um membro da família Macedo Soares que rompeu com Amaral Peixoto.

Sobre o rompimento com Edmundo, Amaral Peixoto declarou o seguinte acerca dos motivos que levaram o governador a tomar tal atitude:

O José Eduardo de Macedo Soares. Acredito que, em parte, o Dutra também. Mas o problema maior era o José Eduardo, que era parente do Edmundo e de quem ele não gostava. O José Eduardo o ameaçava muito com o seu jornal, o Diário Carioca. Aliás, também me atacava violentamente.<sup>20</sup>

Contando com a aliança entre o Presidente Dutra e a UDN no cenário nacional e, especialmente, no estado do Rio de Janeiro, o grupo macedista tomava medidas visando reverter o domínio amaralista na política estadual e voltar ao comando do Rio de Janeiro. Inserido neste contexto por ser o Governador do Estado, Edmundo de Macedo Soares seria peça chave para este projeto macedista. Sofrendo pressões dos macedistas e dos amaralistas, tornou-se inevitável a dissidência com um dos grupos. Como pertencia a UDN (abrigo dos macedistas), o rompimento ocorreu com o PSD.

A carta enviada por Edgard Teixeira Leite ao governador nos serve de parâmetro para que possamos entender melhor como se dava a disputa política entre os dois grupos pelo apoio do chefe do executivo estadual naquele momento:

Eminente amigo

Permita que mais uma vez, venha expor o meu pensamento sobre a situação política fluminense. [...] Venho pedir a sua meditação para a situação política, para lhe pedir que não concorra para a separação da UDN do seu governo. O apoio dela, crê, é útil e, direi mesmo, indispensável. Escrevo-lhe sem o menor espírito de partido ou de facção, mas vendo apenas os fatos na sua exata significação. Deixar de ter o apoio da UDN equivale ficar na dependência – e permita que empregue o termo que exprime o meu pensamento – na subordinação do partido os seus reais problemas [...].<sup>21</sup>

Quando o político fluminense diz que deixar de ter o apoio da UDN é ficar subordinado ao partido onde estão os problemas do governador, está se referindo de forma direta ao PSD. Os “problemas” do governador seriam os integrantes do

<sup>20</sup> Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.** P. 238.

<sup>21</sup> Carta de Edgard Teixeira Leite a Edmundo de Macedo Soares. Arquivo EMS.

grupo amaralista e o próprio Amaral Peixoto, pois o ex-interventor estaria sempre dando as cartas do jogo político no estado, impossibilitando uma maior projeção política sua e de seu governo. Em outras palavras, Teixeira Leite afirmava que dentro do PSD Edmundo de Macedo Soares não teria espaço para montar seu próprio grupo político. Este foi, certamente, um dos argumentos mais fortes utilizados pelos udenistas para convencer o governador de que a melhor saída para ele era o afastamento do PSD. Em várias passagens desta carta, Teixeira Leite escreveu a palavra “lealdade”, sempre a associando-a aos membros da UDN, que estariam sempre dispostos a ajudar Edmundo Macedo Soares durante sua administração.

Com as ameaças veladas de membros da UDN sobre possíveis deslealdades do PSD e o interesse em construir sua independência política, Edmundo de Macedo Soares rompe sua aliança com os pessedistas em 1950. Pouco depois de oficializado o rompimento, começaram a surgir as conseqüências deste ato, como pode ilustrar a carta enviada por Moacyr Gomes de Azevedo, Secretário de Interior e Justiça (a pasta responsável pela articulação política), ao Governador:

Sr. Governador,

Quando, em 6 de janeiro corrente, Vossa Excelência reuniu em seu gabinete no Palácio Itaboraí, alguns de seus amigos do Partido Social Democrático, a fim de declarar que se achavam desfeitos os compromissos que existiam entre eles e o chefe do governo do Estado do Rio, tive oportunidade, logo em seguida a essa reunião, de por em suas honradas mãos o cargo que vinha ocupando de Secretário de Interior e Justiça.

Desde aquela data, até agora, me tenho empenhado, com vários de meus correligionários, em encontrar uma fórmula que permita um entendimento leal e amplo entre o Chefe do Executivo Fluminense e o partido a que pertenço, sem que tenha alcançado, até agora, os resultados definitivos apreciáveis.

Estou, Sr. Governador, hoje, no mesmo lugar em que me encontrou V.Exa. ao me convidar para dirigir a pasta do Interior e Justiça em abril do ano passado: dentro do meu partido, pronto a servir ao seu governo e a colaborar com V. Exa. em tudo que não importe em quebra da disciplina partidária. Sempre entendi que devemos fortalecer os partidos nacionais, fazendo sentir dentro deles nossos pontos de vista, subordinados as deliberações da maioria, em ambiente de liberdade e de livre manifestação do pensamento. Só assim estaremos progredindo na prática da Democracia. Precisamos lutar em prol das idéias e dos programas partidários e não objetivando os homens.

Dentro em breve deverá reunir-se nesta a convenção do PSD e embora não haja, até agora, nas manifestações escritas de V. Exa. nenhuma declaração de que o seu governo se acha rompido definitivamente com o partido a que me filiei, não quero que possam pairar dúvidas sobre minha atitude nesta hora de tantas confusões. Por isso mesmo, reitero o pedido verbal de exoneração que lhe fiz há dias, a fim de que fique V. Exa. livre para reconstituir o seu secretariado conforme lhe convenha em decorrência dos acontecimentos políticos do Estado [...].<sup>22</sup>

De acordo com esta carta, podemos perceber que o racha entre PSD e UDN no Rio de Janeiro ou, mais precisamente, a volta dos embates entre macedistas e amaralistas pelo poder político fluminense começou a ganhar contornos mais precisos a partir de 1950, um ano antes do próximo governo e no mesmo ano em que ocorreriam as eleições estaduais. Fica evidente que o rompimento foi estratégico, apesar do fato de que desde o início do governo Edmundo de Macedo Soares as relações entre o governador e os amaralistas não tinham suas arestas devidamente aparadas, com os pessedistas reclamando sempre de atitudes tomadas pelo governador, como a destituição de juízes de paz e delegados dos municípios do interior. O próprio Amaral Peixoto relatou as dificuldades que encontrava em resolver situações como essas durante o governo udenista:

Desde o início já sentíamos algumas dificuldades, algumas restrições a determinados nomes. Quando eu indicava um juiz de paz ou um delegado, ele dizia: ‘Mas você, um político, se preocupando com um detalhe desses?’ Eu respondia: ‘Esses detalhes são essenciais na política, porque são esses homens que agüentam o partido no interior’. [...]. O Edmundo fazia objeções, sobretudo àqueles nomes mais chegados a mim. Sabia que não conseguiria atraí-los e então procurava hostilizá-los. [...] Mas no fim de algum tempo os atritos se tornaram mais evidentes. O secretário de segurança do Edmundo chamou um delegado de Ordem Política e Social e, muito inadvertidamente, muito sem equilíbrio, perguntou: ‘no caso de uma briga do governador com o Comandante, com quem o senhor fica?’ O delegado respondeu: ‘Fico com o Comandante’. O outro retrucou: ‘O Senhor está pondo em risco sua permanência no posto. Então, pequenos fatos foram me mostrando que havia uma predisposição dele, acredito que em grande parte por influência do José Eduardo. Como vocês sabem, foi o José Eduardo que me inventou, pensando em criar um fantoche.’<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Carta de Moacyr Gomes Azevedo a Edmundo de Macedo Soares, em 31 de janeiro de 1950. Arquivo EMS.

<sup>23</sup> Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** pp. 238/239/240.

Como podemos perceber, o governador e sua equipe dificultaram a ação do grupo amaralista no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, essa situação se agravou com o rompimento oficial do compromisso que havia sido firmado com o PSD na época da eleição. Afirmamos isto devido à cisão ocorrida dentro do partido com o rompimento dos acordos entre udenistas e pessedistas. As cartas enviadas a Edmundo de Macedo Soares são vestígios importantes do impacto que esta medida teve no PSD:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso manifesto que será lançado neste município, de apoio político e administrativo ao honrado governo de Vossa Excelência, o qual conta com o apoio integral da maioria absoluta do Diretório Municipal e dos Diretórios Distritais do Partido Social Democrático, secção deste município, além de inúmeras assinaturas de correligionários nossos que, embora não figurando no Diretório, desfrutaram de real prestígio em nosso meio político. Nesta hora de definições, queremos manifestar a Vossa Excelência a nossa solidariedade política e o testemunho da nossa admiração e reconhecimento pelo muito que Vossa Excelência tem feito em prol da terra fluminense. Atenciosas saudações.<sup>24</sup>

Esta carta foi enviada por Octavio Denys Filho, que assina como Presidente do PSD (Presidente de um diretório municipal, que não temos como identificar através deste documento, uma vez que não há nenhuma espécie de timbre ou menção do remetente ao município que está manifestando apoio ao governador). Através desta missiva, podemos ter a noção de quão difícil ficou para os líderes municipais se posicionarem. De um lado, tinham o ex-interventor e grande líder da política fluminense desde o Estado Novo, dono de um grande cacife eleitoral e de grande prestígio em âmbito nacional. De outro, o atual governador, aquele que detinha em suas mãos o poder de conceder ou retirar benesses dos municípios e de privilegiar os seus aliados. Os membros do PSD estavam divididos entre os que consideravam fundamental a intervenção de Amaral Peixoto e os que defendiam maior autonomia dentro do partido e em suas ações nos municípios. Os últimos e os líderes municipais que não conseguiam viver distante do poder estadual acabaram se aliando a Edmundo de Macedo Soares, enquanto boa parte continuava ao lado de Amaral Peixoto.

---

<sup>24</sup> Carta de Octavio Denys Filho a Edmundo de Macedo Soares, em 12 de janeiro de 1950. Arquivo EMS.



De acordo com o próprio Amaral, Edmundo de Macedo Soares não gostou de sua atitude de se lançar candidato a sucessão estadual ainda nos primeiros anos de seu governo. Sobre o episódio, o Comandante tem a seguinte opinião:

Quando houve o golpe, eu já era candidato a governador. Mas a eleição foi adiada para janeiro de 1947 e o prazo de desincompatibilização aumentado para 18 meses, com o intuito visível de afastar da disputa os antigos interventores. Nessa hora eu disse: ‘Não posso ser candidato dessa vez, mas faço questão de ser’. E comecei a correr o estado, dizendo que era candidato a sucessão do Edmundo. Ele não gostou. Não me queria como candidato, não sei se a mando do Dutra, ou talvez pensando que, se eu não voltasse ao governo, ele iria se consagrar como chefe político no estado, o que era uma bobagem.<sup>25</sup>

De acordo com essa declaração de Amaral Peixoto, podemos confirmar a teoria de que, ao dificultar o trabalho e a articulação do grupo amaralista, Edmundo de Macedo Soares não estava apenas trabalhando para José Eduardo de Macedo Soares, mas para a formação de um novo grupo político, que teria sua liderança. Dessa forma, podemos considerar que este período foi responsável pela primeira dificuldade do amaralismo, aonde seus integrantes deveriam se articular mesmo estando fora do poder e enfrentar um adversário que utilizava as mesmas armas usadas anteriormente por Amaral Peixoto.

Com a proximidade da campanha eleitoral para as eleições estaduais em 1950, as pressões do governador sobre os políticos e a tentativa de transformar em votos para o candidato udenista o apoio de líderes municipais, Edmundo de Macedo Soares buscava demonstrar independência em relação ao PSD e à Amaral Peixoto. Um destes momentos foi o discurso proferido por ele na Assembléia Legislativa, tendo como motivação oficial prestar uma homenagem aos deputados que haviam trabalhado naquela legislatura:

Eu quis ir a Assembléia Legislativa ler a minha mensagem, dando conta aos representantes do povo e às populações do Estado do Rio que fizemos durante o triênio que acaba de findar e no qual tive a honra de ser o chefe do Poder Executivo. Quis fazê-lo, senhores, como uma prova do meu apreço pelo Poder Legislativo, como uma prova da convicção que tenho que, neste regime, que restituímos em setembro de 1946, com a nossa atual constituição, homens livres podem viver numa livre democracia. [...]

---

<sup>25</sup> Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 240.

A essência do nosso regime é que se governa com o povo e para o povo. Isso não quer dizer que os líderes não tenham o dever de alertar as massas a respeito dos seus pensamentos quando eles julgarem que esses pensamentos são perigosos e não levarão a coletividade aos fins que temos em vista. É preciso que tenham coragem e essa coragem eu a tenho tido, falando com franqueza, falando com o coração sempre aberto ao povo de minha terra. [...]

Houve, senhores, quem se admirasse de que eu não tenha esperado a solução do problema sucessório federal, para tomar, então, a atitude que deveria tomar. Mas, como afirmou ainda agora mesmo o deputado Soares Filho, eu lhe disse que tomava essa atitude porque ela representava o melhor de minha consciência. Esperar, senhores, saber quem vai ser o mais forte, qual vai ser o partido vencedor é uma atitude de covardia. Seria uma prova de desconfiança na intuição do povo, esse laço admirável que liga as massas aos seus próprios interesses. Eu confio no povo do estado do Rio. Eu confio no povo brasileiro e tenho a certeza de que, em nossa terra, as opiniões unânimes em torno daquele candidato à governadoria do Estado, a minha instituição, que representar, de fato, as velhas tradições fluminenses e não a da invasão do estado num período anormal.

No momento oportuno, eu quebrei os grilhões daqueles que pensavam poder prender-me, que poderiam iludir a minha boa fé, mas eu afirmo que, em verdade, se ilude a boa fé de alguém, mas não se lhe quebra a consciência, porque aquele que entrega a sua consciência deixa de ser homem, deixa de ser cidadão, para ser apenas coisa. [...].<sup>26</sup>

Podemos observar através deste discurso do Governador Edmundo diversos ataques ao ex-interventor e Presidente do PSD-RJ. Primeiro, ressalta o valor do regime democrático para a sociedade, uma vez que o governo de Amaral Peixoto aconteceu durante o Estado Novo, período autoritário da Era Vargas. Logo depois, cita a invasão de pessoas na política fluminense em momentos anormais, mais uma referência a Amaral Peixoto, uma vez que quando foi nomeado interventor federal no Rio de Janeiro ele não possuía raízes políticas no Estado, uma das exigências para assumir este posto. Antes de terminar seu discurso, o governador cita o fato de ter “quebrado os grilhões”, como se a aliança com o PSD o impedisse de realizar a administração que tinha em mente, sendo obrigado a fazer nomeações e tomar medidas que não eram de seu agrado.

Neste capítulo, descrevemos como foi o período imediatamente pós-45, para percebermos como se configurou a entrada do grupo amaralista no período democrático. Apesar da eleição de Edmundo de Macedo Soares para governador, com o apoio dos amaralistas e pessedistas, notamos que este foi um período difícil

---

<sup>26</sup> Discurso pronunciado por Edmundo de Macedo Soares e Silva no Palácio do Ingá, em 15/03/1950. Arquivo EMS.

para o grupo comandado pelo ex-interventor e para seu partido, que viveu anos de várias disputas internas no estado do Rio de Janeiro.

Foi neste cenário que começou a se desenvolver a campanha sucessória para o governo, que tinha como principais concorrentes Amaral Peixoto, pelo PSD, e Prado Kelly, candidato da UDN e apoiado pelo governador Edmundo de Macedo Soares. É interessante termos em mente que esta é a primeira campanha para o governo estadual após a democratização em que se apresentam no Rio de Janeiro dois candidatos expressivos, pois na eleição anterior Edmundo de Macedo Soares recebeu o apoio de PSD, UDN e PTB. É de extrema importância também analisarmos as práticas utilizadas pelo grupo amaralista nesta campanha, uma vez que estavam fora do poder no estado. Esse foi o primeiro grande teste deste grupo político, que sofreu abalos após o fim do Estado Novo, mas que continuava sendo extenso e forte no estado. A campanha das eleições de 1950 e as práticas políticas da raposa em tempos democráticos serão os objetos de estudo do próximo capítulo de nosso trabalho, quando efetuaremos uma comparação entre o Amaral Peixoto que chegou ao estado em 1937 e governou até 1945 sob um regime totalitário e o pós-1945, que necessitava do apoio dos políticos e, também, de votos para se manter no poder.